



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 056/2025

LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA CONCORRÊNCIA

REGIDO PELA LEI N.º 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de hidrossemeadura a ser realizado na estabilização de taludes do Município de Santana do Paraíso.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente do Município de Santana do Paraíso.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 16/05/2025

HORÁRIO DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 10H

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ 09H59MIN DO DIA 16/05/2025

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMMLicita - www.ammlicita.org.br

PORTARIA MUNICIPAL N.º. 2302/2024, DE 15 DE JULHO DE 2024: Pregoeiro Daniel Amorim Reggiani Costa.

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$444.800,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais), que foram balizados pelos orçamentos anexos.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

a) Diretamente pela plataforma de licitações - www.ammlicita.org.br > edital PE 024/2025 > esclarecimentos;

b) Através do sítio eletrônico do Município de Santana do Paraíso: www.santanadoparaíso.mg.gov.br, aba Licitações, Pregões Eletrônico n.º. 024/2025;

TELEFONE: (31)3251-7502.



HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 09h00min. às 18:00min.

1. PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO/MG**, por intermédio da Diretoria de Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações AMM Licita (www.ammlicita.org.br)**.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Daniel Amorim Reggiani Costa e pela Equipe de Apoio, nomeados pelo ato administrativo supramencionado, e regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Legislação Municipal, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3. O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, através do endereço eletrônico www.santanadoparaiso.mg.gov.br, aba Licitações, bem como na Plataforma de Licitações AMM Licita, através do endereço eletrônico www.ammlicita.org.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação e mediante o recolhimento da taxa de R\$10,00 (dez reais) inerentes aos seus custos reprográficos (art. 5º, III, Lei n.º 10.520/2002).

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.ammlicita.org.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, através do endereço eletrônico www.santanadoparaiso.mg.gov.br, aba Licitações.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o email informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de hidrossemeadura a ser realizado na estabilização de taludes do Município de Santana do Paraíso.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

3.2. Não poderão participar do presente certame a empresa:



- 3.2.1.** Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.2.2.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 3.2.3.** Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.2.4.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- 3.2.5.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 3.2.6.** Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;
- 3.2.6.1.** Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 3.2.7.** Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 3.2.8.** Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- 3.2.9.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.2.10.** Consórcio de empresa¹, qualquer que seja sua forma de constituição.

¹ A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica pelo fato e que a futura contratação é considerado objeto perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, sendo que é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação fiscal, trabalhista e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de



3.3. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.ammlicita.org.br

3.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.ammlicita.org.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da AMM Licita (www.ammlicita.org.br).

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não

consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, para o caso concreto, visa exatamente afastar a restrição à competição.



cabendo ao Município de Santana do Paraíso, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 e art 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

c) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

d) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

e) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

f) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

g) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e



não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

h) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, não contrariando o disposto no art 4º § 2º da Lei 14.133/2021. cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

() Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição/detalhamento do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



6.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

6.9. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de 02 (duas) horas, definido pela Comissão de Contratação, sob pena de desclassificação, podendo ser prorrogado.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade mínimo da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



8.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, a seguir informada:

a) Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

b) Os documentos de Habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido neste edital de licitação, após solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, no sistema eletrônico, no prazo de 2h (duas horas), podendo ser prorrogado este nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - De ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da documentação

8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Registro comercial no caso de firma individual;

8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

8.2.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#). (Que deverá ser comprovado conforme cláusula 5.7 deste Edital.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 - A ausência de anexação de certidão fiscal, social e trabalhista que possam ser conferidas em meio eletrônico não será motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo o Pregoeiro(a) realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade fiscal da empresa.

8.4. DA REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA

I - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, OU Certidão Positiva de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada do documento abaixo:

II - Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial exigida no item anterior, ATESTADO, emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial ou extrajudicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado, ou documento que comprove que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005.

8.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada e para os fins de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de algum dos impedimentos referidos neste Termo, será verificado pela Pregoeira, mediante consulta aos seguintes cadastros:



- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- c) Cadastro de Inabilitados e de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
- e) outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

8.5.1. As consultas aos cadastros mencionados anteriormente poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), conforme o caso.

8.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor interessado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da plataforma <https://ammlicita.org.br/>, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro Geral de Fornecedores do Município para que estejam vigentes na

8.6.1.1. Data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.7. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas após solicitação da Prefeitura Municipal, sob pena de inabilitação.

8.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



8.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor da dispensa, prorrogável por igual período, a critério da Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.11. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 5.5. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, sendo facultado a Prefeitura Municipal convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a dispensa.

8.12. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

8.12.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Prefeitura Municipal examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

8.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 9.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.8.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.
- 9.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01 (um centavo)**.
- 9.12.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.14.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.15.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.16.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.17.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 9.18.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.19.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



9.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de SE aplicar o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na legislação, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:



9.29.1. Produzidos no país;

9.29.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

9.29.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.29.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares, observado o disposto na legislação.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



10.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada na forma da Lei Federal 14.133/2021.

10.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9.1. Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11. O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



10.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “**chat**”.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor / maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

11.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6. Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.



11.9. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

11.10. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. A proposta somente não será atualizada automaticamente quando houver mais de um item dentro do lote, cabendo ao fornecedor a atualização dos valores de sua proposta no prazo de 02 (duas) horas, podendo ser prorrogado por igual período desde que aprovado pela administração.

12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail (licita.santanadoparaíso@gmail.com) a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

13. DO RECURSO

13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (30) trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito.

13.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.



13.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade superior, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a Ata de Registro de preços, que obedecerá ao modelo em documento complementar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ARP ou não aceitar, ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ARP nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme artigo 90 da lei Federal 14.133/2021.

16. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS SUAS CARACTERÍSTICAS

16.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.1.1. Ao prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá renovar o saldo quantitativo em até 100% do saldo original e deverá dar publicidade à intenção de renovação da vigência da Ata de RP em até 30



dias antes de terminar a vigência da ARP. A informação ficará publicada pelo período de 5 dias úteis, podendo no 6º dia útil assinar o aditivo de prorrogação se não houver manifestação em contrário.

16.2. No prazo de validade da ata de registro de preços poderá ser contratado os fornecedores registrados na ata de Registro de Preços que será formalizada por meio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

16.3. A Ata de Registro de Preços celebrado poderá ser rescindida a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

17. DAS OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

17.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, constituem obrigações do Fornecedor Registrado, além da constante do Art. 89 e 92 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta da Ata de Registro de Preços.

17.2. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/ARP, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

18.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei n.º 14.133/21.

18.2. Constituem obrigações do Órgão Gerenciador, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta da Ata de RP.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. As condições de fiscalização estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Das infrações e sanções aplicáveis aos licitantes quando:



21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:

- a) multa no percentual de 0,5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.
- b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

21.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:

- a) multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.
- b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

21.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:

- a) multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.
- b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

21.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:

- a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.



b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

22. DO REAJUSTAMENTO

22.1. As condições de reajustamento estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

23. DO ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO

23.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

24.1. As condições de registro estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

25. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

25.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e



III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

a) A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

b) Após a autorização, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

c) O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

d) O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

25.2. Dos Limites para Adesão

25.2.1. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 26.1:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

26. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

26.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos, ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

a) O remanejamento de que trata esta cláusula somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou



II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

b) O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata esta cláusula.

c) Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos limites de adesão que trata a cláusula 26.2.

d) Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

e) Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

f) Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto na letra "b", a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

27.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária n.º 02009002.1545200252.091 339039, ficha 1004, fonte 1501 e 1708, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pelas que vierem a substituí-las no próximo exercício.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. É facultado ao(a) PREGOEIRO(A) ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

28.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para o fornecimento, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.



28.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

28.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda do município.

28.5. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

28.6. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade insanável de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

28.7. O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

28.8. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

28.9. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 9h às 18h ou pelo telefone (31)3251-7502 e e-mail: licita.santanadoparaiso@gmail.com. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico (www.ammlicita.org.br).

28.10. Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico (www.ammlicita.org.br) ou www.santanadoparaiso.mg.gov.br.

28.11. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

28.12. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.



28.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.13.1. Considera-se dia do começo do prazo:

- a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

28.14. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

28.15. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

28.16. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.17. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato / Ata de Registro de Preço.

28.18. Integram o Presente Edital:

- a) Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
- b) Anexo II - Termo de Referência;
- c) Anexo III - Modelo de Proposta;
- d) Anexo IV - Minuta da ARP;
- e) Anexo V - Minuta do Contrato

Santana do Paraíso, 29 de abril de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO
CNPJ 38.515.573/0001-20 - Inscrição Estadual: Isenta
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso - MG
CEP 35179000 - Fone (31) 3251-7502

Fls.:

DPL/PMSP

Luís Gustavo Andrade Duarte
Pregoeiro

Gilberto Albertino Ramos

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente



ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 056/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HIDROSSEMEADURA COM BASE NA LEI N° 14.133/2021 MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de hidrossemeadura a ser realizado na estabilização de taludes do Município de Santana do Paraíso.

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Santana do Paraíso está vivenciando uma transformação histórica, com um crescimento acelerado e contínuo. Esse desenvolvimento gera uma grande demanda por manutenção da cidade, e os trabalhos seguem em andamento, enquanto novos projetos já estão sendo idealizados e executados. Além de embelezar e revitalizar as paisagens, a vegetação desempenha um papel crucial na estabilização do solo, prevenindo erosões e contribuindo para a amenização da temperatura local, impactando positivamente o microclima.

A hidrossemeadura, técnica que envolve a mistura de sementes, adubos minerais, matéria orgânica, mulch e adesivos, é carregada no caminhão de hidrossemeadura e, através de uma mangueira, é pulverizada na área, com a água funcionando como veículo. Este processo é particularmente eficaz para proteger áreas contra a ação de agentes erosivos, como a mobilização e o transporte de partículas em áreas recém-terraplenadas, taludes de corte e aterros de baixa declividade, regiões com vegetação escassa ou mal estabelecida, e qualquer superfície de solo exposta.

Dessa forma, para dar continuidade aos projetos da administração pública, é essencial a realização de um novo processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada na execução dos serviços descritos neste estudo.

II - JUSTIFICATIVA

A contratação tem como objetivo principal atender ao interesse público, com foco na execução de serviços essenciais de manutenção e conservação das vias do município de Santana do Paraíso. Essas intervenções são fundamentais para garantir que as vias de acesso estejam em condições adequadas de trafegabilidade, proporcionando segurança, melhor estética e comodidade para motoristas, pedestres e outros usuários que utilizam destas vias para o seu deslocamento diário.



Além disso, a realização periódica de serviços de manutenção é crucial para evitar o desgaste precoce das vias, prolongando sua durabilidade e evitando custos mais elevados com reparos emergenciais. A conservação adequada das vias também contribui para a melhoria da mobilidade, facilitando o transporte de pessoas, bens e serviços essenciais para o desenvolvimento da comunidade.

Com a execução eficiente desses serviços, o município de Santana do Paraíso não só melhora a qualidade e estética das vias públicas, mas também fortalece o desenvolvimento econômico e social, favorecendo a acessibilidade e o crescimento sustentável da região.

III - OBJETIVOS

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por objetivo assegurar a viabilidade técnica da contratação de serviços hidrossemeadura a ser realizado em vias do Município de Santana do Paraíso. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste estudo.

IV - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A contratação dos serviços em questão deve observar a legislação vigente, incluindo:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Complementar nº 123/2006 e suas atualizações, que trata do tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte;
- Normas Regulamentadores aplicáveis.

V - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços de hidrossemeadura deve atender aos seguintes requisitos:

- a) Modalidade de Licitação: Será adotada a modalidade de Pregão para Registro de Preços, na forma eletrônica, para garantir a eficiência e transparência no processo de contratação. Os licitantes devem oferecer os melhores preços e condições;
- b) Critérios de Qualidade: Deverão ser estabelecidos critérios de qualidade para a prestação dos serviços, garantindo que atendam às especificações técnicas e desempenho relevantes;
- c) Regularidade Fiscal e Documentação: Os fornecedores devem apresentar documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, bem como sua qualificação técnica e econômico-financeira;



- d) A contratada deverá disponibilizar uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva aos seus colaboradores durante a execução dos serviços;
- e) A contratada deverá fornecer materiais, ferramentas, equipamentos e insumos necessários para a prestação dos serviços;
- f) A contratada deverá fornecer o equipamento para execução do serviço em sua totalidade.

VI - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em resposta às necessidades identificadas neste estudo, a solução proposta exige a contratação de uma empresa especializada, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desejado.

Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a editais, com o intuito de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam atender de maneira mais eficiente às necessidades da municipalidade. A pesquisa foi conduzida em conformidade com os parâmetros estabelecidos no artigo 23, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, e consistiu em uma pesquisa direta com fornecedores especializados no ramo da contratação do objeto.

Para identificar os potenciais fornecedores, foi realizada uma pesquisa na rede mundial de computadores e em processo anterior, no qual foram identificadas três propostas de fornecedores distintos. Em seguida, um e-mail foi enviado a todos os prestadores de serviço encontrados, solicitando orçamentos detalhados. Esse processo visa garantir a transparência e a busca pelas melhores condições para a contratação, assegurando eficiência e qualidade no atendimento das demandas públicas.

A contratação desses serviços deve ser feita com base em uma análise detalhada das necessidades da secretaria, levando em consideração fatores como custo, segurança, eficiência e confiabilidade do fornecedor.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta para a contenção de taludes e a melhoria estética em Santana do Paraíso consiste na contratação de serviços especializados para a execução de hidrossemeadura, uma técnica eficiente de estabilização do solo e recuperação de áreas degradadas. A hidrossemeadura será aplicada com o objetivo de promover a proteção das áreas de taludes, prevenindo a erosão superficial, estabilizando o solo e garantindo a integridade estrutural de áreas sujeitas a deslizamentos ou movimentações de terra.



A técnica de hidrossemeadura envolve a aplicação de uma mistura homogênea composta por sementes de espécies vegetais, adubos minerais, matéria orgânica, mulch (cobertura vegetal) e agentes adesivos. A mistura é preparada e transportada em caminhões de hidrossemeadura, sendo pulverizada sobre as superfícies de taludes e terrenos expostos por meio de mangueiras equipadas com bicos de jateamento, utilizando a água como veículo de transporte. Essa aplicação permite uma distribuição eficiente e uniforme dos materiais, promovendo a fixação das sementes e a cobertura do solo, o que resulta na rápida germinação da vegetação e no aumento da resistência do solo contra processos erosivos.

Além de seu papel técnico na contenção de taludes, a hidrossemeadura contribui para a recuperação e melhoria estética das áreas tratadas, proporcionando a revitalização da paisagem urbana. A vegetação implantada atua na proteção do solo contra a erosão e na redução da temperatura local, contribuindo também para a melhoria do microclima e a promoção da sustentabilidade ambiental.

Em termos técnicos, a hidrossemeadura é indicada para áreas recém-terraplenadas, taludes de corte, aterros com baixa declividade, regiões com recobrimento vegetativo deficiente e superfícies de solo expostas à erosão. O processo garante um revestimento vegetal eficaz e de baixo custo, sendo uma solução sustentável e de baixo impacto ambiental para a recuperação de áreas.

A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento, mobilização e gerenciamento de todos os recursos necessários para a execução dos serviços descritos neste estudo. Isso inclui, mas não se limita a, fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra qualificada, bem como a organização logística para a entrega e utilização dos mesmos.

A contratada deverá garantir que todos os materiais e equipamentos atendam às especificações técnicas estabelecidas, e que os insumos sejam adequados às necessidades do projeto. Além disso, será responsável pela seleção e alocação de profissionais com a competência técnica necessária para a realização das atividades, assegurando a execução dos serviços conforme as normas técnicas e regulatórias vigentes, garantindo, assim, a qualidade, eficiência e segurança dos trabalhos.

A contratada também deverá apresentar garantias quanto à qualidade dos serviços executados, assegurando que os resultados atendam às especificações do projeto e que eventuais problemas ou falhas identificadas após a conclusão dos trabalhos sejam corrigidos em conformidade com as condições acordadas.

Os serviços terão garantia de um ano para hidrossemeadura, devendo a contratada refazer os serviços caso não ocorra germinação, desde que respeitadas as obrigações e especificações técnicas por parte do Município. Os processos de



reaplicação e adubação, quando necessários, serão efetuados com a média de 90 dias após a aplicação.

Além disso, é responsabilidade da contratada a manutenção e substituição de quaisquer recursos que venham a ser danificados ou inadequados durante o processo de execução, bem como o cumprimento de prazos e cronogramas estabelecidos para a entrega das etapas do serviço.

É responsabilidade da contratante acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor especialmente designado para essa função. Além disso, a contratante deverá notificar, por escrito, à contratada sobre eventuais imperfeições identificadas durante a execução dos serviços, fixando um prazo para a correção das falhas e, quando necessário, aplicar as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021. A contratante também deve executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas acordadas e com as normas vigentes, garantindo que os serviços sejam realizados em conformidade com os termos estabelecidos.

A contratante se compromete a permitir o livre acesso dos empregados da contratada aos locais onde os serviços serão executados e a fornecer todas as informações e esclarecimentos que possam ser solicitados pela contratada em relação à execução dos serviços. Além disso, cabe à contratante efetuar o pagamento à contratada mediante a apresentação de Notas Fiscais devidamente atestadas, conforme o andamento da execução dos serviços.

A contratante também deverá proporcionar todas as facilidades necessárias para que a contratada possa desempenhar suas atividades dentro das normas do contrato firmado. Caso os serviços sejam executados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada, a contratante tem o direito de rejeitar os mesmos, exigindo sua correção sob pena de suspensão do contrato, exceto nos casos fortuitos ou de força maior, que devem ser devidamente justificados e aceitos pela contratante.

Diante disso, para dar continuidade aos projetos de infraestrutura e paisagismo do município, será necessário realizar um processo licitatório visando a contratação de empresa especializada, capaz de executar os serviços de hidrossemeadura de acordo com as especificações técnicas e ambientais necessárias, assegurando a qualidade e a eficácia dos trabalhos.

VIII - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A quantidade do serviço a ser contratado pelo município não pode ser determinada com precisão no momento, pois dependerá das demandas ao longo do ano.

IX - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO



O critério de adjudicação adotado será o de "menor preço por item". Esta abordagem foi escolhida para maximizar a eficiência da contratação, permitindo que diversos fornecedores especializados possam participar. Isso fomenta a concorrência, podendo resultar em preços mais vantajosos para a Administração Pública.

X - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatadas ou interdependente para este contrato.

XI - RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se selecionar e celebrar contrato com empresa idônea, detentora de expertise e experiência profissional no ramo referente ao objeto deste termo, obtendo-se assim a disponibilização de mão de obra capacitada e com habilidades distintas, além do fornecimento de equipamentos, ferramental, insumos, materiais necessários para a execução dos serviços.

Em resumo, os resultados pretendidos para a contratação em questão incluem garantir a disponibilidade, qualidade, preço competitivo, conformidade legal, cumprimento de prazos e redução de riscos. Esses objetivos visam assegurar o sucesso das atividades relacionadas as demandas ligadas ao objeto a ser licitado.

XII - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

Para efetivação da contratação, serão tomadas providências prévias, incluindo identificação das necessidades específicas do município, elaboração de termos de referência detalhados, realização de pesquisa de mercado e preparação da documentação necessária para o pregão eletrônico e a garantia de fiscalização constante afim de manter a qualidade do trabalho.

XIII - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

O serviço mencionado neste estudo, não apresenta impactos ambientais, uma vez que se trata de um serviço de manejo e conservação.

XIV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Em conclusão, a utilização da hidrossemeadura como solução técnica para a contenção de taludes e melhoria estética das áreas urbanas de Santana do Paraíso se configura como uma estratégia eficaz e sustentável. A técnica não só proporciona a estabilização do solo, prevenindo a erosão e garantindo a segurança estrutural das áreas de taludes, como também contribui significativamente para a revitalização paisagística e a melhoria do microclima local.



A aplicação de hidrossemeadura em áreas recém-terraplenadas, taludes de corte e outras superfícies expostas ao processo erosivo assegura a recuperação ambiental de maneira eficiente, com baixo custo e impacto, ao mesmo tempo em que promove a cobertura verde, trazendo benefícios ecológicos e estéticos.

Diante dos benefícios técnicos, ambientais e estéticos, a contratação de empresa especializada, por meio de processo licitatório, é essencial para a execução dessa solução. Tal medida garantirá que os serviços sejam realizados conforme as exigências e normas técnicas, assegurando a eficácia e a durabilidade das intervenções e, conseqüentemente, a sustentabilidade do município a longo prazo.

Portanto, a contratação desses serviços, conforme as diretrizes apresentadas, garantirá a continuidade dos projetos de infraestrutura no município, beneficiando a população com vias mais seguras e acessíveis, e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região. A flexibilidade do Sistema de Registro de Preços, aliada à eficácia da licitação, assegura a eficiência, a transparência e a boa gestão dos recursos públicos, alinhados aos princípios da legalidade e da sustentabilidade.

Concluimos que a execução dessa contratação é não apenas necessária, mas estratégica para o aprimoramento da infraestrutura de Santana do Paraíso, atendendo às demandas da população de forma eficiente e sustentável.

Responsável pela Elaboração:

Bruna Ferreira de Almeida
Gerente de Obras Civas

Gilberto Albertino Ramos
Secretária Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente
Município de Santana do Paraíso



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 044/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de hidrossemeadura a ser realizado na estabilização de taludes do Município de Santana do Paraíso.

2. DA NATUREZA DO OBJETO

Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento consignada ao fornecedor, observada:

I - a classe de materiais e serviços utilizando o detalhamento de cada elemento de despesa da PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 e linha de fornecimento contida em sistema de gestão mantido no município.

3. DO PRAZO DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência contrato será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, por se tratar de um serviço que não possui características de mudança, conforme Lei Federal Nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Santana do Paraíso está vivenciando uma transformação histórica, com um crescimento acelerado e contínuo. Esse desenvolvimento gera uma grande demanda por manutenção da cidade, e os trabalhos seguem em andamento, enquanto novos projetos já estão sendo idealizados e executados. Além de embelezar e revitalizar as paisagens, a vegetação desempenha um papel crucial na estabilização do solo, prevenindo erosões e contribuindo para a amenização da temperatura local, impactando positivamente o microclima.

A hidrossemeadura, técnica que envolve a mistura de sementes, adubos minerais, matéria orgânica, mulch e adesivos, é carregada no caminhão de hidrossemeadura e, através de uma mangueira, é pulverizada na área, com a água funcionando como veículo. Este processo é particularmente eficaz para proteger áreas contra a ação de agentes erosivos, como a mobilização e o transporte de partículas em áreas recém-terraplenadas, taludes de corte e aterros de baixa declividade, regiões com vegetação escassa ou mal estabelecida, e qualquer superfície de solo exposta.



Dessa forma, para dar continuidade aos projetos da administração pública, é essencial a realização de um novo processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada na execução dos serviços descritos neste estudo.

A contratação tem como objetivo principal atender ao interesse público, com foco na execução de serviços essenciais de manutenção e conservação das vias do município de Santana do Paraíso. Essas intervenções são fundamentais para garantir que as vias de acesso estejam em condições adequadas de trafegabilidade, proporcionando segurança, melhor estética e comodidade para motoristas, pedestres e outros usuários que utilizam destas vias para o seu deslocamento diário.

Além disso, a realização periódica de serviços de manutenção é crucial para evitar o desgaste precoce das vias, prolongando sua durabilidade e evitando custos mais elevados com reparos emergenciais. A conservação adequada das vias também contribui para a melhoria da mobilidade, facilitando o transporte de pessoas, bens e serviços essenciais para o desenvolvimento da comunidade.

Com a execução eficiente desses serviços, o município de Santana do Paraíso não só melhora a qualidade e estética das vias públicas, mas também fortalece o desenvolvimento econômico e social, favorecendo a acessibilidade e o crescimento sustentável da região.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a contenção de taludes e a melhoria estética em Santana do Paraíso consiste na contratação de serviços especializados para a execução de hidrossemeadura, uma técnica eficiente de estabilização do solo e recuperação de áreas degradadas. A hidrossemeadura será aplicada com o objetivo de promover a proteção das áreas de taludes, prevenindo a erosão superficial, estabilizando o solo e garantindo a integridade estrutural de áreas sujeitas a deslizamentos ou movimentações de terra.

A técnica de hidrossemeadura envolve a aplicação de uma mistura homogênea composta por sementes de espécies vegetais, adubos minerais, matéria orgânica, mulch (cobertura vegetal) e agentes adesivos. A mistura é preparada e transportada em caminhões de hidrossemeadura, sendo pulverizada sobre as superfícies de taludes e terrenos expostos por meio de mangueiras equipadas com bicos de jateamento, utilizando a água como veículo de transporte. Essa aplicação permite uma distribuição eficiente e uniforme dos materiais, promovendo a fixação das sementes e a cobertura do solo, o que resulta na rápida germinação da vegetação e no aumento da resistência do solo contra processos erosivos.

Além de seu papel técnico na contenção de taludes, a hidrossemeadura contribui para a recuperação e melhoria estética das áreas tratadas, proporcionando a revitalização da paisagem urbana. A vegetação implantada atua na proteção do solo



contra a erosão e na redução da temperatura local, contribuindo também para a melhoria do microclima e a promoção da sustentabilidade ambiental.

Em termos técnicos, a hidrossemeadura é indicada para áreas recém-terraplenadas, taludes de corte, aterros com baixa declividade, regiões com recobrimento vegetativo deficiente e superfícies de solo expostas à erosão. O processo garante um revestimento vegetal eficaz e de baixo custo, sendo uma solução sustentável e de baixo impacto ambiental para a recuperação de áreas.

A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento, mobilização e gerenciamento de todos os recursos necessários para a execução dos serviços descritos neste estudo. Isso inclui, mas não se limita a, fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra qualificada, bem como a organização logística para a entrega e utilização dos mesmos.

A contratada deverá garantir que todos os materiais e equipamentos atendam às especificações técnicas estabelecidas, e que os insumos sejam adequados às necessidades do projeto. Além disso, será responsável pela seleção e alocação de profissionais com a competência técnica necessária para a realização das atividades, assegurando a execução dos serviços conforme as normas técnicas e regulatórias vigentes, garantindo, assim, a qualidade, eficiência e segurança dos trabalhos.

A contratada também deverá apresentar garantias quanto à qualidade dos serviços executados, assegurando que os resultados atendam às especificações do projeto e que eventuais problemas ou falhas identificadas após a conclusão dos trabalhos sejam corrigidos em conformidade com as condições acordadas.

Os serviços terão garantia de um ano para hidrossemeadura, devendo a contratada refazer os serviços caso não ocorra germinação, desde que respeitadas as obrigações e especificações técnicas por parte do Município. Os processos de reaplicação e adubação, quando necessários, serão efetuados com a média de 90 dias após a aplicação.

Além disso, é responsabilidade da contratada a manutenção e substituição de quaisquer recursos que venham a ser danificados ou inadequados durante o processo de execução, bem como o cumprimento de prazos e cronogramas estabelecidos para a entrega das etapas do serviço.

É responsabilidade da contratante acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor especialmente designado para essa função. Além disso, a contratante deverá notificar, por escrito, à contratada sobre eventuais imperfeições identificadas durante a execução dos serviços, fixando um prazo para a correção das falhas e, quando necessário, aplicar as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021. A contratante também deve executar fielmente o contrato, de acordo



com as cláusulas acordadas e com as normas vigentes, garantindo que os serviços sejam realizados em conformidade com os termos estabelecidos.

A contratante se compromete a permitir o livre acesso dos empregados da contratada aos locais onde os serviços serão executados e a fornecer todas as informações e esclarecimentos que possam ser solicitados pela contratada em relação à execução dos serviços. Além disso, cabe à contratante efetuar o pagamento à contratada mediante a apresentação de Notas Fiscais devidamente atestadas, conforme o andamento da execução dos serviços.

A contratante também deverá proporcionar todas as facilidades necessárias para que a contratada possa desempenhar suas atividades dentro das normas do contrato firmado. Caso os serviços sejam executados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada, a contratante tem o direito de rejeitar os mesmos, exigindo sua correção sob pena de suspensão do contrato, exceto nos casos fortuitos ou de força maior, que devem ser devidamente justificados e aceitos pela contratante.

Diante disso, para dar continuidade aos projetos de infraestrutura e paisagismo do município, será necessário realizar um processo licitatório visando a contratação de empresa especializada, capaz de executar os serviços de hidrossemeadura de acordo com as especificações técnicas e ambientais necessárias, assegurando a qualidade e a eficácia dos trabalhos.

Matriz de Riscos para Contratação de Hidrossemeadura

Objetivo: Identificar, avaliar e propor medidas para mitigar os riscos relacionados à contratação de empresa para atuar na execução de hidrossemeadura

Riscos:

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Medidas Mitigadoras
Qualidade das sementes e insumos	Uso de sementes inadequadas ou de baixa qualidade.	Alta	Alto	Exigir especificações de materiais e verificar procedência.
Atrasos na execução	Falta de planejamento ou dificuldades logísticas podem levar a atrasos na entrega do serviço.	Média	Alto	Definir prazos e penalidades contratuais.
Impacto ambiental	Uso de produtos	Média	Alto	Utilizar insumos



pela escolha de insumos	químicos e sementes que não sejam adequados ao ecossistema local.			sustentáveis e nativos da região.
Falhas no cumprimento do contrato	A empresa contratada pode não cumprir todos os termos acordados no contrato.	Médio	Crítico	Estabelecer um contrato detalhado com cláusulas de garantia de execução e penalidades claras.
Não cumprimento das regulamentações ambientais	O uso de insumos ou práticas não conformes com as leis ambientais locais.	Média	Alto	Verificar se a empresa contratada está regularizada e segue as normas ambientais.

Recomendações:

- Realizar uma pesquisa de mercado para identificar empresas qualificadas.
- Exigir da empresa com certificações de qualidade, segurança e meio ambiente.

Conclusão:

Em suma, a implementação de medidas mitigadoras robustas, como a exigência de garantias contratuais, o monitoramento constante da qualidade dos materiais e a conformidade com as normas ambientais, é crucial para minimizar os riscos e assegurar o sucesso do serviço de hidrossemeadura. As ações preventivas, como a escolha cuidadosa de fornecedores e o acompanhamento contínuo da execução, são essenciais para garantir que o projeto seja realizado de maneira eficiente, sustentável e conforme as expectativas.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços de hidrossemeadura deve atender aos seguintes requisitos:

- g) Modalidade de Licitação: Será adotada a modalidade de Pregão para Registro de Preços, na forma eletrônica, para garantir a eficiência e transparência no processo de contratação. Os licitantes devem oferecer os melhores preços e condições;



- h) Critérios de Qualidade: Deverão ser estabelecidos critérios de qualidade para a prestação dos serviços, garantindo que atendam às especificações técnicas e desempenho relevantes;
- i) Regularidade Fiscal e Documentação: Os fornecedores devem apresentar documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, bem como sua qualificação técnica e econômico-financeira;
- j) A contratada deverá disponibilizar uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva aos seus colaboradores durante a execução dos serviços;
- k) A contratada deverá fornecer materiais, ferramentas, equipamentos e insumos necessários para a prestação dos serviços;
- l) A contratada deverá fornecer o equipamento para execução do serviço em sua totalidade.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Consistirá na aplicação hidromecânica de uma massa pastosa composta por sementes, fertilizantes, camada protetora, polímeros absorventes, adesivos e matéria orgânica viva, cujo traço característico é determinado pelas necessidades de correção do solo e de nutrição da vegetação a ser introduzida.

O hidrossemeio será lançado por jato de alta pressão, que aderem à superfície do terreno, formando uma película que atua como um escudo contra agentes causadores da erosão e fixando os insumos lançados. Aplicação da camada protetora obtida da mistura da massa consistente do mulch verde a base de acetato de celulose de decomposição lenta, com fertilizantes químicos, orgânicos e sementes forrando totalmente o terreno, sendo que o mulch deverá permanecer, pelo menos, 90 (noventa) dias no solo protegendo as áreas sem vegetação.

Os serviços serão executados obedecendo etapas e atividades que seguem:

- a) Análise física e química do solo em vários pontos;
- b) Escarificação do solo (picoteamento) para remoção de camada inerte e oxidada;
- c) Aplicação de manta com equipamento de hidrossemeadura;
- d) Fertilizações de cobertura e replantes até a total formação da camada vegetal;
- e) Regularização da área a ser aplicada a hidrossemeadura;
- f) Aplicação de hidrossemeadura com camada protetora de fibra de madeira – Muches verdes.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão requisitante



O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre a administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. A administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas.

Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

A contratada deverá executar os serviços, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas e respectivos insumos e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações aplicáveis.

A contratada deverá designar e manter um líder durante toda a execução do trabalho. Além da gestão técnica e de pessoas, o líder deve garantir a segurança de seus colaboradores fornecendo os EPI's específicos para cada atividade e fazer cumprir todos os demais itens dos procedimentos de segurança.

Em caso de ocorrer quebra de algum equipamento, este deverá ser substituído de modo que o serviço não seja interrompido.

As sementes podem ser de procedência nacional ou importada, desde que sejam de boa qualidade e tenham a procedência comprovada. A qualidade das sementes é fator decisivo para qualquer plantio, principalmente no revestimento vegetal por aspersão hidráulica.

Em função das condições climáticas, a seleção das sementes também deverá considerar aquelas mais adequadas à época da aplicação da hidrossemeadura. As sementes a serem utilizadas deverão conter referências à porcentagem de pureza e



ao poder germinativo, apresentando as condições mínimas a exemplo: Capacidade de desenvolver-se em solos degradados física e quimicamente, germinação rápida, grande capacidade de cobertura, resistência à falta e excesso de precipitação, resistência às variações de temperatura, porte baixo com sistema radicular consistente, susceptibilidade ao corte, dormência ciclo vegetativo, altitude, clima, etc; considerando-se ainda as condições locais das áreas em que serão realizados os serviços.

Após haver cumprido o período próprio de germinação das espécies hidrossemeadas, é de responsabilidade da contratada proceder ao replantio nas áreas que apresentarem dificuldade de germinação das sementes, morte, ou falhas que comprometam a qualidade dos serviços contratados sem gerar nenhum ônus para a contratante.

É de responsabilidade da contratada a realização do replantio até que se dê a consolidação da cobertura vegetal.

Após aproximadamente 45 (quarenta e cinco) dias da aplicação da hidrossemeadura deverá ser feita a verificação das áreas hidrossemeadas para que sejam identificadas necessidades de aplicação de adubação ou fertilização química, visando corrigir eventuais deficiências nutricionais das plantas.

O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência, respeitando os prazos e o local previamente estabelecido, conforme solicitado pelo Município de Santana do Paraíso.

A entrega do objeto deve seguir as especificações mencionadas no Termo de Referência, adotando as melhores práticas do setor, observando as normas técnicas aplicáveis e as orientações fornecidas pelo fabricante. A execução deve sempre primar pela qualidade, levando em consideração as especificidades indicadas pelo Município de Santana do Paraíso.

É responsabilidade da contratada oferecer garantia técnica ao objeto pelo período determinado, assumindo integralmente a responsabilidade pela correção de eventuais problemas ou defeitos identificados pelo representante da Administração designado para fiscalizar a entrega.

A contratada será responsável por quaisquer danos diretos ou indiretos causados ao Município de Santana do Paraíso ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, durante a execução do objeto ou após sua execução, desde que esses danos resultem diretamente da execução do contrato. A fiscalização ou o acompanhamento exercido pelo representante da Administração não exime ou reduz essa responsabilidade.

Além disso, a contratada deve responder por quaisquer danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município de Santana do Paraíso, desde que esses danos sejam ocasionados por atividades relacionadas à execução do objeto.

A contratada deverá manter plena compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e a qualificação técnica descritas no Termo de Referência durante toda a execução do objeto.



A responsabilidade integral pelos custos diretos e indiretos associados à execução do objeto, como tributos incidentes, taxas de administração, aquisição de materiais, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, custos operacionais e logísticos, entre outros, será da contratada, sem qualquer limitação.

Por fim, a contratada se compromete a não efetuar qualquer fornecimento que contrarie as formas estabelecidas neste documento, isentando o Município de Santana do Paraíso de qualquer responsabilidade caso ocorra o fornecimento sem requisições formais ou solicitado por indivíduos não credenciados.

9. CRITÉRIOS DE CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As medições serão recebidas pós a execução do serviço pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e/ou substituto designado, conforme disposto na Lei Federal 14.133/2021.

A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas.

O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo estabelecido pelo Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O pagamento será efetuado conforme as entregas forem realizadas e aceitas pelo órgão responsável, em até 30 (trinta) dias após a apresentação de documentos fiscais.

O pagamento está condicionado à comprovação dos serviços executados, bem como do pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários.

Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos em caso de dano de responsabilidade do Contratado.

A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o Contratado deixar de comprovar a quitação de suas obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias por meio da apresentação dos documentos previstos neste Termo de Referência.



O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo Contratante.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente, utilizando a modalidade de pregão na forma eletrônica e adotando o critério de julgamento menor preço por item.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado para esta Ata de Registro de Preços é de R\$ 444.800,00 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

As despesas correntes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária n.º 02009002.1545200252.091 339039, ficha 1004, fonte 1501 e 1708, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pelas que vierem a substituí-las no próximo exercício.

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a legislação vigente e outras normas aplicáveis.

Victória Darlyng Silva de Paula
Fiscal de Posturas



ANEXO I DO TR

ESPECIFICAÇÕES / QUANTIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	QTTDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	HIDROSSEMEADURA EM TALUDES ATÉ 45° INCLUINDO MÃO DE OBRA E TODO MATERIAL NECESSARIO. MATERIAIS: * FIBRA DE MADEIRA; *COR VERDE; *AGENTES UMIDIFICANTES; *AGENTE FIXADOR MINERAL; *QUANTIDADE: 3000KG/HA; *SEMENTES: MIX DE SEMENTES; *QUANTIDADE: 300KG/HA; *ADUBO: NPK 07/28/14; *QUANTIDADE;200KG/HA; *HA=24.200 M ² .	10.000	m ²	R\$ 8,88	R\$ 88.800,00
02	HIDROSSEMEADURA EM TALUDES IGUAL OU SUPERIOR A 45° INCLUINDO MÃO DE OBRA E TODO MATERIAL NECESSARIO. MATERIAIS: *FIBRA DE MADEIRA; *COR VERDE; *AGENTES UMIDIFICANTES; *AGENTE FIXADOR MINERAL; *QUANTIDADE: 4500KG/HA; *SEMENTES: MIX DE SEMENTES; *QUANTIDADE: 750KG/HA; *ADUBO: NPK 07/28/14; *QUANTIDADE;625KG/HA; *HA=24.200 M ² .	10.000	m ²	R\$ 9,95	R\$ 99.500,00
03	HIDROSSEMERADURA PARA APLICAÇÃO DE GRAMA LÍQUIDA COM RECOBRIMENTO DE MANTA VEGETAL (BIOMANTA) POR MEIO DE HIDROSSEMEADURA COM COVEAMENTO E DISPOSIÇÃO DE SEMENTES E INSUMOS. INCLUINDO MÃO DE OBRA E TODO MATERIAL NECESSARIO. MATERIAIS: * FIBRA DE MADEIRA; *COR VERDE; *AGENTES UMIDIFICANTES; *AGENTE FIXADOR MINERAL; *QUANTIDADE: 3000KG/HA; *SEMENTES: GRAMA SÃO CARLOS; *QUANTIDADE: 300KG/HÁ; *ADUBO: NPK 07/28/14; *QUANTIDADE: 200KG/HA; *HA=24.200 M ² .	15.000	m ²	R\$ 17,10	R\$ 256.500,00



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 056/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PROPOSTA SÓ É DE OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO PELO LICITANTE VENCEDOR DO CERTAME, CASO SOLICITADO PELO PREGOEIRO. NO INÍCIO DO CERTAME, PODE SER SUBSTITUÍDA PELO MERO PREENCHIMENTO DO SISTEMA.

LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	HIDROSSEMEADURA EM TALUDES ATÉ 45º INCLUINDO MÃO DE OBRA E TODO MATERIAL NECESSARIO. MATERIAIS: * FIBRA DE MADEIRA; *COR VERDE; *AGENTES UMIDIFICANTES; *AGENTE FIXADOR MINERAL; *QUANTIDADE: 3000KG/HA; *SEMENTES: MIX DE SEMENTES; *QUANTIDADE: 300KG/HA; *ADUBO: NPK 07/28/14; *QUANTIDADE;200KG/HA; *HA=24.200 M².	10.000	m²	R\$	R\$
02	HIDROSSEMEADURA EM TALUDES IGUAL OU SUPERIOR A 45º INCLUINDO MÃO DE OBRA E TODO MATERIAL NECESSARIO. MATERIAIS: *FIBRA DE MADEIRA; *COR VERDE; *AGENTES UMIDIFICANTES; *AGENTE FIXADOR MINERAL; *QUANTIDADE: 4500KG/HA; *SEMENTES: MIX DE SEMENTES; *QUANTIDADE: 750KG/HA; *ADUBO: NPK 07/28/14; *QUANTIDADE;625KG/HA; *HA=24.200 M².	10.000	m²	R\$	R\$
03	HIDROSSEMERADURA PARA APLICAÇÃO DE GRAMA LÍQUIDA COM RECOBRIMENTO DE MANTA VEGETAL (BIOMANTA) POR MEIO DE HIDROSSEMEADURA COM COVEAMENTO E DISPOSIÇÃO DE SEMENTES E INSUMOS. INCLUINDO MÃO DE OBRA E TODO MATERIAL NECESSARIO. MATERIAIS: * FIBRA DE MADEIRA;	15.000	m²	R\$	R\$



	<p>*COR VERDE; *AGENTES UMIDIFICANTES; *AGENTE FIXADOR MINERAL; *QUANTIDADE: 3000KG/HA; *SEMENTES: GRAMA SÃO CARLOS; *QUANTIDADE: 300KG/HÁ; *ADUBO: NPK 07/28/14; *QUANTIDADE: 200KG/HA; *HA=24.200 M².</p>				
--	--	--	--	--	--

Declaro que os materiais/serviços referidos na proposta atendem as especificações do Edital e Anexos, sendo a licitante abaixo qualificada corresponsável pela garantia dos mesmos.

Proposta válida até:/...../..... (Não inferior a 60 dias).

Empresa:

Endereço:

N.º CNPJ:

Conta corrente: n.º..... Agência: n.º.....

N.º do Banco.....

Nome do responsável pela assinatura do contrato:

N.º do CPF do responsável pela assinatura do contrato:

Atenciosamente,

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO E CNPJ, SE INEXISTENTES NO PAPEL IMPRESSO)



ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 056/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/XXX

PARTES:

ORGÃO GERENCIADOR:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado por:

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, **senhor** «NOME», inscrito no CPF/MF sob o nº. «CPF».

FORNECEDOR REGISTRADO:

_____, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pela sua «CARGO», **senhora** «NOME», inscrita no CPF/MF sob o nº. «CPF», **E-MAIL INSTITUCIONAL:**
_____.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação constante no objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº **N.º 024/2025**, Processo Administrativo **N.º 056/2025**, mediante o disposto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Edital, seus anexos e todos os demais documentos referentes ao objeto do referido Processo supracitado, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto do presente instrumento o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de hidrossemeadura a ser realizado na estabilização de taludes do Município de Santana do Paraíso, conforme quantidades



e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Edital do Pregão Eletrônico supracitado.

2.2. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o termo de referência, anexo do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.2.1. O registro de preços não obrigará a Administração a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda do município, ou seja, de forma parcelada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração no objeto somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Santana do Paraíso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO REGISTRADO

3.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

INSERIR PLANILHA DO LICITANTE VENCEDOR

3.2. No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

4.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária n.º 02009002.1545200252.091 339039, ficha 1004, fonte 1501 e 1708, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pelas que vierem a substituí-las no próximo exercício.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução deverá ocorrer de acordo com as ordens de fornecimento emitidas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.



5.2. Consistirá na aplicação hidromecânica de uma massa pastosa composta por sementes, fertilizantes, camada protetora, polímeros absorventes, adesivos e matéria orgânica viva, cujo traço característico é determinado pelas necessidades de correção do solo e de nutrição da vegetação a ser introduzida.

5.3. O hidrossemeio será lançado por jato de alta pressão, que aderem à superfície do terreno, formando uma película que atua como um escudo contra agentes causadores da erosão e fixando os insumos lançados. Aplicação da camada protetora obtida da mistura da massa consistente do mulch verde a base de acetato de celulose de decomposição lenta, com fertilizantes químicos, orgânicos e sementes forrando totalmente o terreno, sendo que o mulch deverá permanecer, pelo menos, 90 (noventa) dias no solo protegendo as áreas sem vegetação.

5.4. Os serviços serão executados obedecendo etapas e atividades que seguem:

- a) Análise física e química do solo em vários pontos;
- b) Escarificação do solo (picoteamento) para remoção de camada inerte e oxidada;
- c) Aplicação de manta com equipamento de hidrossemeadura;
- d) Fertilizações de cobertura e replantes até a total formação da camada vegetal;
- e) Regularização da área a ser aplicada a hidrossemeadura;
- f) Aplicação de hidrossemeadura com camada protetora de fibra de madeira - Muches verdes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

6.2. Se o Fornecedor Registrado deixar de realizar a execução dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou troca do objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e do Termo de Referência, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:



7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Santana do Paraíso, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** constante do Edital.

7.3. Efetuar a execução do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, em conformidade com o que trata o termo de referência.

7.3.1. O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

7.3.2. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Santana do Paraíso, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Departamento de Compras do Município de Santana do Paraíso, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução.

7.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Santana do Paraíso, conforme quantitativos dos serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6. No prazo estipulado no Contrato, a contratada deverá corrigir os materiais que, durante a entrega, não atenderem aos padrões de qualidade e especificações definidos no referido contrato. A substituição deve ser feita de acordo com as condições acordadas e em conformidade com os termos estabelecidos neste documento.

7.7. Em caso de defeito na execução dos serviços, a contratada deverá providenciar imediatamente a substituição por outro serviço de qualidade equivalente, assegurando que o serviço atenda a todos os padrões e requisitos estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços.



7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva execução do objeto licitado e efetuar-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da prestação do(s) serviço(s), num prazo estipulado no Termo de Referência, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Santana do Paraíso ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.15. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

7.16. Estar ciente da matriz de risco apresentada no Termo de Referência contido no Anexo I do Edital de Convocação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.



10.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **EMPRESA REGISTRADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao município de Santana do Paraíso.

10.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **EMPRESA REGISTRADA**.

10.3. O Município de Santana do Paraíso poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **EMPRESA REGISTRADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **EMPRESA REGISTRADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do município de Santana do Paraíso.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **EMPRESA REGISTRADA** atenda à cláusula infringida.

c) A **EMPRESA REGISTRADA** retarde indevidamente a execução do objeto ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do município de Santana do Paraíso.

d) Débito da **EMPRESA REGISTRADA** para com o município de Santana do Paraíso quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.4. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das dotações do ano corrente e dos anos vindouros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO

11.1. Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano, podendo após o 13º mês o preço ser reajustado através do índice IGPM publicado pela FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO



12.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.2. A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços.

13.2.1. A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias uteis após seu protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Das infrações e sanções aplicáveis aos contratados quando:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

I - Advertência;

b) Dar causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

c) Dar causa à inexecução total da ARP;

I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos



d) Ensejar o retardamento da execução do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;

I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

15.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

15.1.1. Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

15.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

15.1.3.1. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

15.1.3.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS



16.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21, Legislação Municipal e, com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/19, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da cidade de **Ipatinga/MG** para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2. Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Santana do Paraíso, xx de xxxxxxxxxxxx de 2025.

ORGÃO GERENCIADOR

EMPRESA REGISTRADA

Testemunhas:



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 056/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INSTRUMENTO DE CONTRATO N.º XXX/XXX

PARTES:

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado por:

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, **senhor** «NOME», inscrito no CPF/MF sob o nº. «CPF».

CONTRATADO:

_____, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pela sua «CARGO», **senhora** «NOME», inscrita no CPF/MF sob o nº. «CPF», **E-MAIL INSTITUCIONAL:**

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2025, Processo Administrativo nº 056/2025 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui o objeto do presente instrumento a contratação de serviços de hidrossemeadura a ser realizado na estabilização de taludes do Município de Santana do Paraíso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2025, Processo Administrativo N.º 056/2025, e demais anexos que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor estimado deste contrato é de R\$ _____, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA, de acordo com os valores e quantitativos abaixo relacionados, que será adquirido de forma parcelada:

INSERIR PLANILHA A SER CONTRATADA

2.2. O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais, conforme art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

2.3. Serão incorporados ao contrato, mediante Aditamento todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente instrumento terá vigência até _____, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO/RECEBIMENTO/

4.1. O pagamento pela efetiva execução do serviço objeto deste instrumento será efetuado conforme o que estabelece a Ata de Registro de Preços nº xxx/2025.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. As condições de reajustamento constam na Ata de Registro de Preços nº xxx/2025.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

6.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária n.º 02009002.1545200252.091 339039, ficha 1004, fonte 1501 e 1708, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pelas que vierem a substituí-las no próximo exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



7.1. Além de observar todas as normas e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº. 024/2025 e seus anexos, incumbe à Contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de qualificação e habilitação exigida na licitação à qual este se encontra vinculado, bem como, executar, com eficiência, pontualidade e qualidade, o objeto contratual; arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. À Contratante compete as obrigações constante na **ARP nº xx/2025**, bem como efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido no Edital e na ARP, e ainda acompanhar a execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços nº **xxx/2025**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** serão aplicadas as sanções constantes na Ata de Registro de Preços nº **xxx/2025**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, Legislação Municipal, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 024/2025, Processo Administrativo nº 056/2025.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:



I - Unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos bens;
- c) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.2. A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços.

13.3. A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias úteis após seu protocolo.

13.4. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

14.1. A gestão dos contratos será desenvolvida pela Secretária Municipal responsável pela demanda de contratação e/ou adstrito a unidade gestora do contrato, admitida a delegação conforme estabelecer ato próprio e específico, para exercício das funções estabelecidas, conforme Legislação Municipal.

